



# PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO XIX • N.º 190 • SÃO PAULO • 19 A 25 OUTUBRO 1974 • PREÇO CR\$3,00

## Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

multinacionais: um instrumento perigoso  
entrevista com o ministro mário soares

programa do movimento  
das forças armadas

um dia de salário  
para a nação

a solidariedade espontânea  
dos trabalhadores

celso furtado  
em portugal

agricultura: nova  
política para o douro

a nomeação dos  
novos governadores

saneamento  
atinge embaixadas



abrilistas



setembristas

Em abril, antes do dia 25, considerávamos — desfazendo equívocos — que a publicação do livro Portugal e o Futuro, do General António de Spínola desorientou muita gente, alimentou grandes esperanças e gerou incontáveis frustrações. Naquela época, apesar de seu caráter neocolonialista, o livro foi positivo na medida em que orientou a luta pelo poder nos bastidores do Terreiro do Paço, e esclareceu muitos militares daquilo que eles já testemunhavam no horror da guerra: a inviabilidade da vitória militar.

Considerávamos também, ser necessário afirmar incansavelmente que Spínola não possuía — pelo seu passado histórico — autoridade moral nem desejo de resolver "de frente" o problema colonial. Para os "bons entendedores", o livro é bastante claro: Spínola propõe, pura e simplesmente, independência para as duas grandes colônias no seio de uma Federação Portuguesa. Em outras palavras, neocolonialismo.

Hoje, ao lermos o seu discurso de renúncia — recheado de acusações de traição àqueles que fizeram a revolução —, é fácil percebermos a sua coerência de homem de "coração à direita" e hábil político. Nele, Spínola voltou novamente a abrir o sinal verde à reação, indicando a ofensiva econômica como o único caminho a seguir. Ao dizer, em seu discurso, que "a paz, o progresso e o bem-estar da nação são comprometidos pela crise econômica para a qual se caminha aceleradamente, através do desemprego, inflação incontrolável, quebra no comércio, retração dos investimentos e ineficácia do poder central" (afirmações de caos e anarquia imediatamente desmentidas pelos atuais dirigentes do país), Spínola dava a indicação. Fazia entender que apenas a ofensiva econômica traria este mal-estar, esta crise, únicos caminhos para o avanço da mais pura de-

democracia em que todos teriam o direito de "dormir debaixo de pontes". Mas não é por vestir plumagem de pomba, que um falcão torna-se pomba. A confusão pode predominar por algum tempo, mas assim que a situação o exija, a realidade se impõe. Algumas vezes, consideramos que o General Spínola poderia deixar a presidência aos ombros do povo, mas também não seria impossível que ele saísse sob vaias. Felizmente, tratava-se apenas de plumagem de pomba e o General não saiu aos ombros de ninguém.

Na última crise de julho, entretanto, o Movimento das Forças Armadas já havia compreendido que o seu papel deveria necessariamente ser bem mais do que simbólico. A crise de setembro veio provar o acerto dessa posição. Os militares não estavam desprevenidos para reagir ao erro aparentemente grosseiro de um militar direitista, inteligente, culto, hábil e tático, que superestimou a sua força, ignorando o estado de espírito da jovem e patriótica oficialidade portuguesa. Mas essa oficialidade adquiriu experiência, para dizer bem alto que o país caminha para a democracia e que é ponto de honra para as Forças Armadas a realização das eleições. E mais uma vez ficou claro o apoio de partidos e organizações cívicas, sindicatos e associações, que demonstraram ser a expressão sólida, organizada e decidida da vontade do povo. Nas ruas, nas estradas, nos eixos de acesso a Lisboa e por todo o país, a mobilização popular ao lado do MFA respondeu ao fascismo e à reação. Por todos esses fatores, é possível hoje ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves mobilizar amplas massas de trabalhadores, para que, com o trabalho voluntário, demonstrem confiança no Governo e nas Forças Armadas, para a construção de um Portugal novo, democrático e de justa distribuição da riqueza nacional.

0,00  
3,00  
3,00  
3,00  
21  
21



# Liberdade, Justiça e Paz

"No momento em que, com a tomada de posse do sr. general Costa Gomes como Presidente da República, se consolida a situação democrática instaurada pelo M.F.A., a Intersindical chama todos os trabalhadores a prosseguir a consolidação das suas organizações sindicais, na defesa dos seus justos interesses imediatos e na defesa dos interesses gerais do povo português, contra a reacção, pela liberdade, pela justiça e pela paz", assim terminava a mensagem lida aos milhares de pessoas presentes no comício comemorativo do quarto aniversário da Intersindical Nacional, dia 1 do corrente, na praça de tolros do Campo Pequeno, em ambiente de grande entusiasmo e fé democrática, com uma enorme bandeira da Intersindical pousada na arena.

O primeiro-ministro, cuja presença era aguardada, impossibilitado de comparecer, enviou uma mensagem.

Na tribuna, além de elementos do Secretariado da Intersindical, estiveram presentes o ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, e os secretários de Estado do Trabalho, dr. Carlos Carvalhas, e das Pescas, dr. Mário Ruivo.

A mensagem da Intersindical, depois de saudar os trabalhadores portugueses, "obreiros deste forte movimento sindical unitário", historiou sucintamente o período de existência do organismo, a maior parte do qual sob o regime fascista.

Referindo-se, depois, aos últimos cinco meses de vida do País, o texto unitário lembrou que logo após o 25 de Abril, a Intersindical se revelou em condições de congregar a maioria dos Sindicatos com Direções ou Comissões Diretivas da confiança da classe, conduzindo o trabalho de desmantelamento da organização sindical fascista, ligando os trabalhadores entre si na luta por melhores condições de vida e de trabalho e contra a exploração capitalista, encabeçando-os em poderosas ações de massas em apoio ao Movimento das Forças Armadas e em íntima unidade com as forças democráticas portuguesas.

"Nos últimos dias — prossegue o documento — as forças reacionárias desencadearam uma desesperada tentativa de pôr fim ao processo democrático em Portugal. No momento em que se consolida a vitória das forças democráticas e do M. F. A. sobre a conspiração reacionária, é fundamental que tiremos dos acontecimentos as necessárias lições, de maneira a prosseguir com maior segurança no processo de democratização em que se empenha a imensa maioria do nosso povo".

Realçando o papel importantíssimo desempenhado pelas organizações sindicais nos últimos dias, não podemos esquecer, entretanto, a importância que teve na resolução vitoriosa da crise a existência de fortes organizações políticas democráticas.

Sobre as cabeças dos trabalhadores presentes liam-se frases como "Na unidade, a força dos trabalhadores", "A reacção não passou, a reacção não passará", "Não à sabotagem dos monopólios" e "Não à sabotagem dos latifúndios". Os prolongados clamores de saudação "M.F.A., M.F.A.!", repetidos vezes sem conta, levaram o ministro do Trabalho a levantar-se e acenar aos presentes.

Começou por falar Nabais Sousa, do Sindicato dos Metalúrgicos, que se referiu "aos ataques que sofremos do nosso inimigo comum, capital-reacção", durante os últimos cinco meses, nomeadamente os despedimentos, o não cumprimento dos contratos coletivos de trabalho, as tentativas de falências fraudulentas, e o encerramento de algumas empresas multinacionais.

"Os objetivos desta campanha não eram apenas para salvaguardar os seus elevados lucros. Eles pretendiam ir mais além", disse.

Falaram em seguida o representante dos eletricitistas, Ribeiro da Silva, e Ezequiel Silva, dos bancários. O primeiro referiu-se sobretudo ao problema das multinacionais, citando documentos das Nações Unidas, e realçou o perigo que estas instituições capitalistas representam para a independência política, económica, social e cultural nas nações que as acolhem. O segundo tratou, sobretudo, da ação da Intersindical, tanto no tempo do anterior regime como na atualidade.

Depois, por Franquelina Vieira da Silva, em nome do Sindicato dos Textéis e Lanifícios, foi lido um texto sobre sindicalismo, no qual se começava por afirmar que uma organização sindical "tem de ser construída a partir da base, dos locais de trabalho, das assembleias e dos delegados sindicais de empresa". Prosseguindo na sua teorização do que deve ser um sindicato, declarou que este "tem de ter uma perspectiva revolucionária, e por isso nas suas lutas concretas deve propor-se não só a conquistar algumas reivindicações".

Mais adiante, a representante dos operários textéis acentuou que a Intersindical terá de "exigir a revogação da lei da greve (...) e que as leis que como esta interessam aos trabalhadores sejam discutidas e decididas por todos nós trabalhadores".

## Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

Passando a tratar de questões de economia política, a oradora começou por afirmar que se o fascismo calu, "o capitalismo continua de pé", o qual tem como "único objetivo (...) conseguir o máximo lucro!".

Falaram, por fim, os representantes dos Sindicatos dos Motoristas e dos Trabalhadores Rurais.

### Mensagem de Vasco Gonçalves

Antes de um membro do secretariado da Intersindical ter lido a mensagem, de que reproduzimos atrás alguns passos, foi recebida e lida no Campo Pequeno uma mensagem do brigadeiro Vasco Gonçalves, que não pôde absolutamente estar presente.

O texto que o primeiro-ministro fez chegar às mãos dos dirigentes ali presentes, é o seguinte:

"Trabalhadores portugueses: Na data em que a Intersindical comemora quatro anos de existência, não posso deixar de salientar que desses quatro anos, mais de três foram vividos em condições extremamente difíceis sob o duro regime fascista.

Não obstante essas duras condições, a classe trabalhadora desenvolveu uma luta que muito contribuiu para a criação de condições necessárias ao derrubamento do fascismo.

No momento em que as Forças Armadas e o povo português acabam de vencer uma difícil prova no caminho da consolidação da democracia, exorto os trabalhadores portugueses a que, pelo seu trabalho e dentro da ordem democrática estabelecida, contribuam decisivamente para a reconstrução da nossa Pátria.

Viva Portugal!"

## Política externa: os primeiros contatos

Limitadas ou praticamente inexistentes, as relações económicas entre Portugal e a Hungria, Polónia e Roménia tendem agora a se intensificar. Chefiada por Vera Jardim, secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo, uma delegação portuguesa regressou recentemente desses países, abrindo perspectivas para uma maior aproximação.

Enquanto Vera Jardim manteve úteis conversações com os ministros encarregados do comércio externo, os outros membros da delegação realizaram contatos com diversos setores do comércio, indústria, turismo e bancos. O secretário de Estado afirmou que "a missão portuguesa foi sempre cordialmente recebida, com extrema

simpatia, e dos entendimentos mantidos deverá resultar o desejado incremento das trocas comerciais e uma maior colaboração a nível industrial e tecnológico". Disse também que "para muitos produtos portugueses que até agora não eram exportados para esses países, existe uma ampla receptividade".

Na Polónia Vera Jardim assistiu na Feira de Poznan — uma das mais importantes do Leste europeu — à celebração do Dia de Portugal. O país manifestou o desejo de realizar em Portugal uma Semana Polaca, visando o melhor conhecimento dos dois povos, a nível de relações económicas, tecnológicas e culturais.

## MOÇAMBIQUE

# Os missionários expulsos desejam voltar

"Os recentes acontecimentos políticos de Portugal e o rumo que parecem tomar as coisas após o golpe militar abriram, sem dúvida, uma nova etapa para as colónias portuguesas e, em concreto, para Moçambique. A nova situação originada por estes fatos obriga-nos a refletir sobre eles e a tentar interpretá-los à luz do Evangelho para nos definirmos perante os mesmos. Queremos dar res-

postado baseada ideológica e praticamente em sistemas abusivos quanto ao exercício do Poder, e na qual o jogo político só é permitido a certos

grupos reduzidos e oportunistas que repartem entre si e em seu benefício a chefia e as decisões governamentais".

"Assim", continuou, "optamos por continuar ao lado do povo moçambicano e a favor de uma sociedade livre e democrática, em que todos gozem de idênticos direitos e obrigações, e pela emancipação política, social, económica e cultural da mulher moçambicana e a sua participação ativa na construção da sociedade".

### Defendida a anulação da Concordata e do Acordo Missionário

Após referir o panorama da Igreja naquele território do Indico, pondo em relevo o modo de atuação daquela até aqui, o padre Bertulli concluiu que apenas uma Igreja pobre e servidora dos homens poderá ser a solução, sendo, pois, imprescindível a revisão de certos aspectos, nomeadamente, a anulação da Concordata e do Acordo Missionário, a remodelação da hierarquia eclesiástica comprometida com o poder colonial, a resignação aos seus postos dos bispos ali em exercício, a retirada das comunidades religiosas e missionárias que colaboraram "notoriamente" com o colonialismo português e a atenção da Igreja a quaisquer manobras, que futuramente se verifiquem, do capitalismo nacional e internacional.

Entrou-se, depois, num período de debate, no qual, a propósito da questão levantada por um dos circunstantes acerca do futuro da Igreja católica num território governado pela Frelimo, o padre Moure salientou que o problema maior não advém da existência de determinados grupos dominantes, mas do fato de o próprio cristianismo estar intimamente ligado a certas estruturas capitalistas que convém o mais rapidamente possível destruir, o que não significa — acrescentou — a destruição do Cristianismo. "Há que liberalizar Cristo", comentou.

A terminar, um dos presentes quis saber se a africanização da hierarquia religiosa, como é propósito dos missionários expulsos de Moçambique, não seria um golpe à unidade da própria Igreja, ao que o padre Bertulli respondeu que, nos tempos atuais, a pluralidade de formas não só se justifica como não põe em perigo a referida unidade.



# Entrevista com o Ministro Mário Soares

"Há muitas análises que podem ser feitas relativamente aos últimos acontecimentos. Naturalmente que a primeira e aquela que me parece mais correta é de que os últimos acontecimentos representam o reforço da democracia portuguesa e do Movimento das Forças Armadas que quer essa democracia pluralista como está dito, redito é publicado no Programa do Movimento das Forças Armadas. Evidentemente, poderá haver um ou outro grupo, um ou outro partido, que reivindiquem, com mais ou menos triunfalismo, grandes vitórias. Toda a gente tem o direito de fazer as reivindicações que quiser e a apresentar-se ou não como grande vencedor da conjuntura. Para mim, o que significou, o que os acontecimentos provocaram ao redor da conspiração da chamada ou pretensa "maioria silenciosa", foi uma tentativa de pôr um termo à evolução democrática deste País, voltando a uma ditadura de direita, mas não houve nenhuma alteração substancial no equilíbrio das forças que existem no Governo".

Assim respondeu o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, a pergunta feita por um jornalista espanhol na conferência de imprensa dada ontem, no Palácio das Necessidades, perante os representantes dos órgãos de Informação estrangeiros acreditados em Lisboa, os enviados especiais, os jornalistas em trânsito e ainda os adidos de imprensa do Corpo Diplomático.

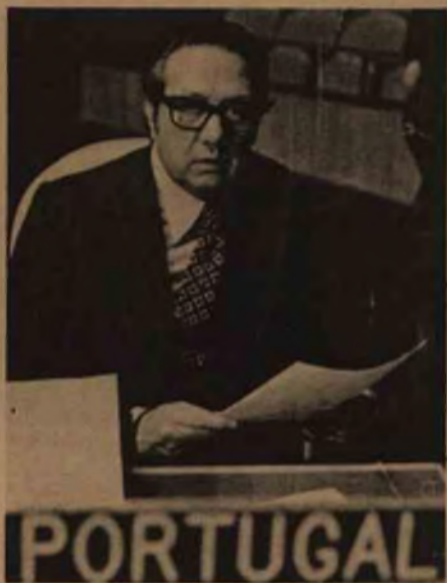
Objectivo da reunião: esclarecer a opinião pública estrangeira relativamente à actual situação política do País e assegurar a linha inalterável do Programa do Movimento das Forças Armadas e do Governo Provisório. O problema colonial: cada território tem uma solução.

O correspondente do "The York Times" frisou que o Presidente Spínola, antes da sua demissão, apresentava um programa para Angola um pouco diferente do que havia sido feito para Moçambique e Guiné. "Será que foi modificado?" — perguntou.

O ministro disse pensar que "o almirante Rosa Coutinho, chegado ontem a Lisboa, expôs ao Conselho de Ministros, que hoje esteve reunido, sob a presidência do Presidente da República, e a Comissão Intermínisterial, que existia já no tempo do Presidente Spínola que se ocupa especialmente do problema da descolonização, à qual pertencem o primeiro-ministro, Melo Antunes, o ministro da Coordenação Interterritorial e eu próprio e que é presidida pelo Presidente da República, ele fez uma exposição sobre Angola, e o que lhe posso dizer é que cada território sob dominação colonial "est un cart" e deve-se encontrar uma solução com realismo e imaginação para cada carta. Angola, evidentemente, tem uma carta especial. Nós estamos em negociações no plano confidencial com os diferentes movimentos de libertação que existem e estamos em contacto com os diferentes Governos desta zona da África, como Congo (Brazzaville), Zambá, Tanzânia e mesmo a O.U.A. (Organização de Unidade Africana) e com outros países africanos e não africanos. Há um projeto que vem já do tempo do sr. general Spínola, de formar um Governo de coligação. Este projeto é um estudo que vai prosseguir."

A uma pergunta do representante da Associated Press, o ministro Mário Soares respondeu:

"O que eu disse ao Corpo Diplomático é que há uma conspiração. Perguntaram-me quais as pessoas envolvidas. Eu disse que há um inquérito em curso e não posso antecipar-me às conclusões, como é natural. Nessa ocasião, alguém perguntou-me: acha que o general Spínola está envolvido nesta conspiração? Eu respondi que em minha opinião pessoal — absolutamente não. E acrescentei que um dos alvos desta conspiração de-



via ser o próprio general Spínola. Parece — e o resultado do Inquérito vai divulgar — que o general Spínola iria ser alvo de um atentado. Havia gente que deveria ser morta. Sei que havia uma espingarda apontada para a residência do primeiro-ministro, talvez para o matar e a outros ministros, para se apresentar ao público e à opinião nacional, que era uma manobra da extrema esquerda. Viu há dois dias, na televisão portuguesa — penso que é um documento muito importante, e convincente — aquele arsenal que existia num partido da extrema direita, onde havia, a par de "cocktails" Molotov, metralhadoras e outras coisas, panfletos que os atribui à extrema esquerda para gerar a confusão. Era numa operação dessas que o general Spínola poderia ser vítima.

**Desejamos investimentos mas queremos que se respeite a independência nacional**

"A sua pergunta, deve dar-se um má, que se referiu à influência política de certas grandes empresas multinacionais, o ministro declarou,

"A sua pergunta, deve dar-se um consenso muito geral. Para um socialista, evidentemente que há razões que nos levem a pensar que certas grandes empresas multinacionais têm tido ação de intervenção na política de certos países sulamericanos. Parece que isso hoje não é mais objeto de dúvida depois da experiência chilena e depois do que dizem os jornais mundiais acerca do que foi a operação de liquidação do governo do Presidente Allende. Reporto-me a jornais como o "Washington Post" e o "New York Times". Mas, evidentemente, o que devo dizer-lhe é que Portugal não é propriamente neste aspecto um país da América Latina. Não tem havido uma pressão, não se tem sentido, uma pressão tão forte como nos países da América Latina feita por esse tipo conspiratório, por esse tipo de intervenção. Não o posso negar em absoluto. Penso que o Governo Português está vigilante para evitar se houver iniciativas deste tipo. Mas o nosso problema está em criar uma legalidade especial para os investimentos em Portugal. Desejamos os investimentos mas queremos que se respeite a independência nacional."

**Um apelo a todos os jornalistas**

Ao terminar, após as perguntas dos jornalistas, o dr. Mário Soares agradeceu,

"Resta-me agradecer-lhes a vossa presença e, ao mesmo tempo, pedir-lhes, em nome do Governo Português, que é para nós extremamente importante, nós que estamos a fazer uma revolução que foi feita sem sangue e que foi chamada pela Europa a "revolução das flores", e justamente fizemos uma transformação em que nos libertámos de cinquenta anos de ditadura, estamos a fazer um esforço que é extraordinário de liquidação do império colonial, reconhecendo o di-

relto aos territórios coloniais sob dominação portuguesa à auto-determinação e à independência, que fizemos isso e estamos a fazer de acordo com as regras, que são as regras da moral internacional, as regras que existem nos organismos internacionais como a O.N.U., a O.U.A. e outros, que o temos feito com o mínimo de sacrifícios pessoais e mantendo integralmente os valores que para nós são essenciais — a liberdade; eu apelava para os correspondentes da Imprensa estrangeira aqui presentes para não se deixarem arrastar pelo sensacionalismo e não darem uma imagem de Portugal que eu sinceramente considero falseada, isto é, a imagem de um país que está à beira do caos ou que está polarizado por tensões extremas. Essas tensões extremas não existem, nós estamos a encarar com dificuldades, com problemas que são difíceis, como os problemas económicos que temos. Estamos a fazer a aprendizagem da democracia, mas a nossa linha, que é a linha das Forças Armadas, é a linha da democracia e do progresso. É essa que eu penso, deve ser sublinhada. Não quero de maneira nenhuma interferir naquilo que é a vossa liberdade de opinião, que eu respeito seja ela qual for. Todos os correspondentes, todos os jornalistas, têm o direito de pensarem o que quiserem do Governo e da ação do Governo de o exprimirem livremente, como entenderem, mas eu peço que, com boa-fé e se possível com simpatia, nos ajudem numa situação que é difícil, que é a de consolidar a democracia em Portugal, uma democracia que nós queremos e que será pluralista, e que nos ajudem a fazer esta passagem, de um país colonialista — o último império colonial do mundo — para uma situação de normalidade em África."

**As relações diplomáticas**

Interrogado por um jornalista iugoslavo acerca da política externa do Governo, Mário Soares respondeu:

"Essas linhas da política externa foram definidas na conferência que dei aqui e que foi altamente divulgada antes da minha partida para a Assembléia das Nações Unidas. Poderia definir a nossa política externa como uma política aberta ao mundo e de cooperação integral com a O.N.U. Como se sabe, nós mantemo-nos fiéis às nossas alianças tradicionais. Dentro dessas, alianças mantemo-nos fiéis, como notou o Presidente da República Costa Gomes, no seu primeiro discurso ao País, à Aliança Atlântica, à N.A.T.O. Continuamos a fazer da comunidade luso-brasileira uma das pedras angulares da nossa política externa. Continuamos extremamente interessados em aproximarmos do Mercado Comum, de vir progressivamente a poder integrar-nos na Europa do Mercado Comum, evidentemente a um prazo um pouco distante, visto que a nossa economia, neste momento, não permite uma integração maior. Continuamos a ser o mais velho aliado da Inglaterra. Continuamos a ter relações de boa vizinhança muito fortes com a Espanha. Normalizámos as nossas relações com todos os países socialistas, excepto a China Popular, visto que este país não respondeu ainda ao nosso apelo para esse fato, mas temos esperanças que o venha a fazer. Com os países socialistas, estamos interessados em desenvolver relações comerciais e relações culturais de toda a ordem."

Em matéria de política europeia preconizamos uma política ativa de segurança europeia. Estamos a fazer uma política de atração e de aproximação com o Terceiro Mundo, ao qual nos sentimos muito ligados. Nesse sentido, a intensificação de relações como um país como o seu, a Iugoslávia, tem para nós, uma grande importância, como teve o restabelecimento de relações diplomáticas com a União Indiana, de que esperamos brevemente poder receber aqui uma primeira missão para discutir acordos de tipo cultural e linguísticos. Tivemos também uma aproximação com a Indonésia, aproximação em re-

lação ao problema de Timor, que é um dos nossos problemas que está na ordem do dia da descolonização. Com os países africanos e com o O.U.A. estamos em vias de normalizar também as relações diplomáticas. Damos uma grande importância ao reforço da amizade com os países árabes e com os países da América do Sul. Quer dizer, estamos a fazer uma política externa aberta ao mundo de acordo com a nossa vocação de portugueses, que é um vocação universalista e humanista. Lutamos pela paz e cooperamos lealmente com as organizações internacionais a começar pela O.N.U. E desejamos tomar uma posição ativa em todas as organizações dependentes da O.N.U. ou associadas, especializadas da O.N.U. Regressámos à UNESCO. E já vamos participar na próxima conferência da UNESCO, que terá lugar em Paris, ainda este mês, como também vamos participar na Conferência da F.A.O. e em todos esses organismos especializados.

## Problemática Angolana

O almirante Rosa Coutinho expôs dia 3 do corrente ao Conselho de Ministros, reunido em S. Bento, sob a presidência do primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, a problemática angolana.

Durante a reunião (o Conselho continuou) "a análise da conjuntura política atual", tendo decidido "que a próxima semana deverá ser dedicada às ações a levar a cabo pelos diferentes Ministérios, pelo que não se reunirá o Conselho de Ministros". Em Angola começa a viver-se um clima de esperança no futuro — disse, à chegada, o presidente da Junta Governativa

"Estamos em contatos e negociações para se criar um clima de paz necessária à construção do País. Existem muito boas perspectivas nesse sentido, pois a tranquilidade e a confiança estão a regressar, e já se nota que os aviões estão a chegar cheios a Angola, onde, sublinhou, se começa a viver um clima de esperança no futuro que Angola bem merece", declarou, à sua chegada, à Portela, o vice-almirante Rosa Coutinho.

"Não é uma visita apenas de rotina — esclareceu. Está enquadrada no rescaldo dos acontecimentos do último fim-de-semana. A minha presença, como membro da Junta de Salvação Nacional é útil para o preenchimento das estruturas, que com certeza se vai efetuar."

Ainda sobre a sua deslocação, de apenas dois dias, disse aos jornalistas que iria aproveitar o tempo para tratar de mais alguns problemas específicos de Angola, "dessa Angola que deixei calma e cheia de esperança no futuro, problemas burocráticos, de ministérios, etc., que precisam, de vez em quando, duma "picadinha" porque, nesta época em que se está vivendo é necessário realmente andar depressa, para que o progresso não pare."

**"Um novo 25"**

Interrogado sobre a actual situação política angolana, Rosa Coutinho informou que era a mesma desde o 25 de Abril, referindo-se depois aos acontecimentos do último fim de semana em Portugal: "Foi mais um passo em frente na revolução iniciada no 25 de Abril — foi um novo 25 e venho alegre por isso."

"Angola recebeu as notícias — acrescentou — com uma calma, uma serenidade, que devo destacar. Foi obrigado, com receio de especulações, a fazer uma coisa que vai contra os nossos princípios, instituir o regime de censura prévia, que apenas foi mantido por vinte e quatro horas, o que me parece um caso único nos anais."

Concluiu, afirmando que apenas meia dúzia de pessoas foram detidas em Angola, estando-se a averiguar quais as suas ligações e onde devem ser feitos os inquéritos. "Evidentemente que o inquérito inicial terá de ser feito lá, e vamos lá a ver quais as ligações reais, porque não há dúvida que havia".



# O 5 de Outubro em Portugal

O 5 de Outubro foi comemorado em Portugal com grandes manifestações nas principais cidades do país. Pela primeira vez, em quase meio século, os portugueses podiam exprimir-se livremente e ter os olhos postos no futuro que surgiu, inesperadamente, com o 25 de Abril.

Em Lisboa, falaram à multidão reunida na Praça do Município (como em 1910), o engenheiro Caldeira Rodrigues, o Comandante Sarmento Pimentel e, para terminar, o Presidente da República, Gal. Costa Gomes.

Ao Comandante Sarmento Pimentel coube o hasteamento da Bandeira Nacional. Dirigindo-se posteriormente à multidão, bastante comovido, ele proferiu as seguintes palavras:

"Ao fim de 46 anos, vim de propósito, dum viagem do Brasil a Portugal, para assistir a estas comemorações.

Durante 46 anos, eu prometi aos meus companheiros de exílio que havia de vir assistir ao 5 de Outubro, como assisti àquele Cinco de Outubro de 1910 com muitos dos meus companheiros que já morreram e com um que ainda aqui está presente, o César de Almeida.

Tenho orgulho de pertencer àquela juventude que naquele Cinco de Outubro de 1910 foi para a Rotunda e se bateu pela implantação da República, pela democracia e pela liberdade. Eu pertencio ao c'ã transmontano, como o nosso Presidente da República e, como ele, trago no coração esta ansia de liberdade, de democracia, de confiança nos valores humanos que agora se vão apresentar para destruir todos os malefícios duma ditadura tenebrosa e cruel, que nos humilhou e ofendeu durante quase um século.

Vós festejais uma data gloriosa da nossa história, o 5 de Outubro, como há 831 anos já festejaram outro "5 de Outubro" aquele em que o tratado de Zamora proclamou e reconheceu internacionalmente, a independência de Portugal.

Este 5 de Outubro pertence à nossa geração e é dela que nós vamos conseguir que a República restaurada restitua ao povo de Portugal os seus direitos, o direito de ser um país livre e próspero não deixando que outros venham usufruir as possibilidades que nós temos se o atual Governo as utilizar em benefício de todos os portugueses que são iguais perante a lei, a democracia e a República.

Não me alongo em considerações mas, como velho republicano, que assistiu aos primeiros anos da República, lembro-vos que a reação não desarma facilmente. Precisais de estar vigilantes, como o Governo precisa de estar atento aos direitos e às necessidades do povo português.

Vêde, em mim, aquela confiança, aquela esperança, aquela resistência com a qual fui capaz de chegar aos 86 anos e dizer: "Viva a República".

Sarmento Pimentel foi delirantemente ovacionado pela multidão.

A seguir, falou o Presidente da República, que disse, entre outras coisas:

"Se temos os olhos postos no futuro democrático do País, haveremos de meditar profundamente nesta efeméride tão significativa. Recolhamo-nos em respeito ao recordar os velhos republicanos e democratas que, de coração quente e espírito puro, tornaram possível a esperança da I República. Mas não deixemos de considerar os fatores centrifugos que ditaram o seu termo, criando um fenómeno de desagregação social cuja repetição haveremos de impedir".

"Incluir ou manter nas instituições homens que demonstrem incapacidade de se adaptarem ao espírito do M.F.A. é entrar no caminho à democracia pluralista que tal espírito nos ofereceu.

Não cultivemos o espírito mesquinho da denuncia, mas sejamos tranquilamente firmes na reclassificação e seleção de homens dispostos a servir o seu povo nos postos essenciais de ação democratizante".

Tal como naquele dia de esperança, e, pela primeira vez livremente, desde 1926, na varanda dos Paços do Conselho foi hasteada a bandeira republicana verde-rubra, símbolo renovado em 25 de Abril da democracia e da liberdade. E, tal como em 1910, 5 de outubro de 1974 o dia foi de unidade entre o povo e as Forças Armadas. As Forças Armadas que libertaram o País de uma longa noite de 48 anos e que, atentas, em 28 de Setembro, desmantelaram a intenção contra-revolucionária de saudosistas, que se proclamavam interpretes da chamada maioria silenciosa".

## O Primeiro Ministro no Porto

No Porto, estava presente à festa da República o primeiro-ministro comandante Vasco Gonçalves que, falando de improviso, alertou todos os trabalhadores portugueses, operários, camponeses, intelectuais, estudantes, pequenos comerciantes e industriais, para que estejam alerta e vigilantes, a fim de que as liberdades democráticas conquistadas com o 25 de Abril sejam asseguradas. Reafirmou que "será o povo português quem escolherá livremente seu futuro político".

"As Forças Armadas pretendem apenas lançar os fundamentos da voz do povo. Será o Povo Português quem conscientemente, pelo voto, decidirá o seu futuro, em eleições para a Assembleia Constituinte. E essas eleições, podeis estar certos, serão eleições livres.

"O Movimento das Forças Armadas só fixa um objetivo: lançar os fundamentos para que o Povo Português possa escolher livremente as instituições por que se quer reger".

"Depois, recolherá aos quartéis para defender as conquistas democráticas".

Também em outras cidades o 5 de Outubro foi festejado intensamente com o entusiasmo que vem caracterizando as manifestações políticas que passaram a ser possíveis em Portugal a partir do 25 de Abril.

# O 5 de Outubro no Brasil

Em São Paulo o 5 de outubro foi comemorado na Casa de Portugal, onde se reuniram cerca de 850 pessoas, entre as quais se encontrava representada a maioria das Associações Portuguesas da Capital.

Usaram da palavra, Raul Ciriacó da Cunha que leu uma breve mensagem do comandante Sarmento Pimentel. O Prof. João Paulo Montelero, por sua vez leu também uma saudação do Prof. Antônio Cândido de Mello e Souza, Catedrático da U.S.P., impossibilitado de comparecer à solenidade, que a seguir transcrevemos:

"A data de 5 de outubro sempre foi comemorada em São Paulo como protesto e esperança, — pelos portugueses, que não aceitaram a iniquidade dominante em seu País, e pelos brasileiros que neles viam os representantes mais autênticos de Portugal. Foi uma espera tenaz e ativa, feita de luta de todos os dias, pela palavra e a agremiação. Uma espera difícil como é difícil a posição de todos os que se opõem aos regimes encouraçados na prepotência, a serviço das forças anti-progressistas. Mas, felizmente, espera coroada pelo êxito que os pertinazes merecem e desabrochada nessa extraordinária sucessão de acontecimentos iniciados em 25 de abril, e caminhando sem discrepância para os melhores rumos da democracia.

Nesta saudação, fala um dos brasileiros que estiveram ao lado do Oposição Portuguesa, para dizer que todos nós partilhámos com o maior júbilo deste primeiro 5 de outubro festejado à sombra da liberdade em Portugal. Sirva esta data de estímulo constante para a vigilância democrática, e de homenagem aos que apuraram a sua fibra na Oposição. Entre eles, seja permitido aos democratas brasileiros lembrar dois amigos desa-

## O cônsul e o vice-cônsul de Portugal em São Paulo.



parecidos pouco antes, ou logo depois da Libertação: Adolfo Casais Monteiro e Vitor de Almeida Ramos."

Nesta altura o orador interrompeu a leitura da mensagem do Prof. Antonio Cândido para acrescentar aos nomes citados os de: Carlos Maria Araujo, Augusto Aragão, Castro Soromenho, Manoel Rocheta, todos eles democratas falecidos, mas que dedicaram grande parte de suas vidas à luta anti-fascista. E prosseguiu:

"Senhores e Amigos Portugueses: num panorama mundial marcado por dolorosos regressos e vislumbres do caos, conforta sobremaneira a lição do vosso País, que deu fim a uma velha ditadura de maneira incruenta, e tem sabido trilhar com firmeza clarividente o caminho difícil e glorioso da recuperação, — na descolonização e independência dos países africanos, nossos irmãos; na paralização indispensável dos inimigos da liberdade, na definição progressiva de um perfil político realmente democrático.

Depois de tantos anos, nós, cor-religionários brasileiros, saudamos afinal, com a admiração mais profunda e o afeto mais fraterno, o triunfo da liberdade em Portugal."

Dando prosseguimento à solenidade, usou da palavra o Cônsul de Portugal em São Paulo, Dr. Diamantino Real que, dirigindo-se às autoridades ali presentes ou representadas, e a todos os convidados, fez uma breve reconstituição da República em Portugal, e do sentido da palavra Democracia, em Política contemporânea, para então referir-se aos acontecimentos de 25 de abril em Portugal, que restituíram ao País as liberdades democráticas que já existiam no princípio do século, no fim do regime monárquico.

Aproveitou também para render sua homenagem aos combatentes anti-fascistas, tendo dito as seguintes palavras:

"Não quero deixar de aproveitar também esta ocasião para publicamente testemunhar todo o nosso apreço e admiração e render ao mesmo tem-

po a nossa homenagem à memória de todos aqueles que, quer em Portugal, quer no estrangeiro, tombaram no campo da honra e da dignidade, dando suas vidas para que nós pudéssemos estar aqui hoje comemorando com toda a liberdade esta data importante da nossa História. Morreram, mas deixaram-nos o testemunho de sua fé, do seu apego à Nação Portuguesa, o exemplo da sua coragem e abnegação. O seu sacrifício não foi em vão! A todos eles, o nosso respeito, a nossa homenagem, a nossa gratidão. O seu exemplo aponta-nos o caminho a seguir!

Finalmente e agradecendo a amável presença de todos nesta cerimônia, solicito a união de todos os portugueses de São Paulo de forma a que, cada um, no seu campo e esfera de ação, cerre fileiras em torno daqueles que hoje têm sobre os seus ombros a árdua tarefa da condução dos destinos da Nação Portuguesa. Avaliemos e meditemos nos sacrifícios que a juventude das Forças Armadas se impôs a si própria para a renovação de Portugal. Sabemos que não há vaidade pessoal, como também não existe a cobiça ou desejo da glória e do mando. Há, isso sim, a profunda aspiração e a vontade férrea de dignificar o nosso País de maneira a que o nome de Portugal seja respeitado em toda a parte.

Peço a cada um de vós que se una às Forças Armadas, que deixe de lado quaisquer convicções pessoais de natureza política, que seja, acima de tudo, português! Quero ser o Cônsul de todos os portugueses sem qualquer distinção de política ou de crença religiosa. Portugueses que aqui trabalham, que aqui se sacrificam, que aqui lutam desde há dezenas ou centenas de anos, através de gerações sucessivas, pela obtenção do pão de cada dia, sigam o caminho da honra, da dignidade, tenham sempre presente os bons exemplos daqueles que já tombaram ou daqueles que nesta hora se encontram de mãos ao leme



Um flagrante do 5 de outubro no Rio de Janeiro.



conduzir a nau portuguesa ao  
sejado porto de abrigo!

Viva Portugal!

No Rio de Janeiro, o 5 de outu-  
comemorou-se com um banquete  
Ginástico Clube Português, con-  
do com a presença do Embaixador  
Ex-Ministro Afonso Arinos de Me-  
Franco e o Cônsul Geral de Portu-  
no Rio Antonio Pinto de França,  
de dezenas de portugueses rai-  
zados na Guanabara, e representa-  
da Rádio e TV Portuguesa.

Entre os convidados especiais  
destacavam-se o Ministro  
Lima e a Embaixatriz Heloi-  
Lins. Entre os portugueses, encon-  
ram-se o jornalista Paulo de Cas-  
Antonio de Amorim, Veiga Ven-  
— diretor geral da Agência Fi-  
cial de Portugal, A. J. Bravo —  
representante do Portugal Democrá-  
e o ator Raul Sonado. Todos os  
discursaram enalteceram o Mo-  
mento das Forças Armadas e a uni-  
do povo português, sendo unâ-  
em afirmar a necessidade de  
ânima constante contra as mano-  
da reação fascista.

Segue-se a mensagem enviada ao  
Presidente da República Portuguesa  
Francisco Costa Gomes, assi-  
pelos presentes à comemoração.  
sua Excelência o Senhor Presi-  
da República

#### GENERAL

#### FRANCISCO COSTA GOMES:

Democratas Portugueses residen-  
no Rio de Janeiro comemoram ho-  
**CINCO DE OUTUBRO**, como  
fizeram mas, pela primeira  
desde há 48 anos, o fazem, não  
a esperança de sempre na liber-  
da Pátria, mas com a alegria  
movida certeza de que a Pátria  
libertada.

#### GENERAL

**CINCO DE ABRIL**  
os ideais do 5 de outubro nas  
linhas profundas e na sua fase  
esses dois movimentos da nos-  
tória têm as mesmas fontes pa-  
e democráticas e ficam para  
unidos na consciência dos  
e na sua mais íntima e  
a aspiração a viver como povo in-  
dependente, no Estado Jurídico e de  
no pluralismo das idelas e no  
a todas as crenças. Mas isto  
possível com a firme determina-  
de não se permitir a uma oligar-  
voraz e arrogante, o assalto ao  
para conduzir de novo Portu-  
partido unico, ao terror, ao  
e à humilhação.

Damos pleno apoio a V. Ex.<sup>a</sup>, ao  
mento das Forças Armadas e ao  
Povo, porque ao vencerem com  
deç, decisão e equilíbrio a última  
garantiram a continuação do  
processo democrático.

Mas, segundo pensamos, é este o  
mento, dentro dos nossos princí-  
que excluem arbitrariedades —  
princípios observados sempre por V.  
— de tomar medidas em todos  
níveis para que outras tentativas  
sejam possíveis, e todos os seto-  
do Estado sirvam de fato a De-  
gracia e o prestígio de Portugal no  
mundo.

A defesa da nossa economia no  
tempestuoso do mundo oc-  
a que pertencemos, pela nossa  
ação de princípios; a defesa dos  
legítimos dos nossos trabalha-  
e classes médias sem prejuízo  
necessárias de discipli-  
produtividade; a descolonização  
plena garantia de eleições; a  
comunicação com o Mercado Comum  
em termos exatos e não fic-  
como outrora; as relações com  
os países segundo a nossa voca-  
universalista e a criação, pela pri-  
vez na história, de uma Comu-  
Luso-Brasileira, tudo isto é  
nível porque a conspiração foi ven-  
e V. Ex.<sup>a</sup> e o Movimento das  
Forças Armadas, gládio da Nação e  
orgulho e todo o Povo Português,  
saram que Portugal será livre.

A V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Presidente da  
República, por seu exemplo de solda-  
cidadão, enviamos as nossas saú-  
des republicanas.

Rio de Janeiro, 05 de Outubro de 1974

## POLÍTICA INTERNA

# A nomeação dos novos governadores civis

Seis portarias de nomeação de no-  
vos governadores civis foram agora  
enviadas pelo Ministério da Adminis-  
tração Interna, para publicação no  
"Diário do Governo". Completa-se,  
assim, a escolha dos vinte e dois che-  
fes de distrito do continente e das  
ilhas adjacentes, depois das vagas  
abertas na totalidade do desempenho  
dessas funções após o 25 de Abril.

São os seguintes os seis governado-  
res civis agora designados: AVEIRO,  
dr. António Manuel Neto Brandão;  
BEJA: major Francisco Ramos Bris-  
sos de Carvalho; BRAGA: dr. José de  
Araujo Pereira Sampaio; BRAGAN-  
ÇA: major Fernando Augusto Gomes;  
LEIRIA, dr. Joaquim da Rocha e Sil-  
va e PORTALEGRE: dr. Florindo Hi-  
pólito Sajara Madeira.

O ministro Costa Brás estabele-  
ceu já o seu plano de deslocações às  
capitais dos respectivos distritos, pa-  
ra conferir posse aos referidos gover-  
nadores, e ainda aos de Viana do  
Castelo e Vila Real, recentemente no-  
meados. É o seguinte esse plano: dia  
8, às 10,30 em Beja e às 16,30 em Por-  
talegre; dia 9, às 11 em Leiria e às  
16,30 em Aveiro; dia 10, às 10,30 em  
Vila Real e às 16 em Bragança; dia 11,  
às 16 em Viana do Castelo, e dia 12,  
às 9,30, em Braga.

Como é habitual, os atos de pos-  
se decorrerão nos Governos Civis.

**Dr. António Manuel Neto Brandão,**

**governador civil de Aveiro**  
O dr. António Manuel Neto Bran-  
dão, de 34 anos, novo governador ci-  
vil do distrito de Aveiro é advogado,  
com banca naquela cidade. Nasceu na  
vila de Eixo, concelho de Aveiro.  
Quando aluno do liceu de Aveiro, foi  
eleito presidente da Academia. Estu-  
dante universitário em Coimbra foi  
redator da "Via Latina".

Apoiou a candidatura de Hum-  
berto Delgado à presidência da Re-  
pública e tomou parte na campanha  
eleitoral para deputado em 1961.

Após cumprir o serviço militar em  
Angola, regressou a Aveiro e no ano  
seguinte, cooperou ativamente na  
campanha eleitoral. Foi um dos pro-  
motores da comissão regional de so-  
corro aos presos políticos e membro  
da comissão nacional e secretário da  
executiva do 3.º congresso da Oposi-  
ção Democrática.

Candidato a deputado da oposi-  
ção pelo círculo de Aveiro em 1973,  
pertence presentemente à comissão  
central do Movimento Democrático  
Português.

**Major Francisco Ramos Brissos de**

**Carvalho, governador civil de Beja**  
O novo governador civil de Beja,  
major Francisco Ramos Brissos de  
Carvalho, tem 39 anos e é natural de  
de Cabeça Gorda. Fez em Beja o cur-  
so liceal, dando depois entrada na  
Academia Militar.

Com a patente de alferes esteve  
na Guiné, em comissão de serviço  
após o que regressou a Beja, onde re-  
sida a maior parte da sua família.

**Dr. José de Araujo Pereira Sampaio,**

**governador civil de Braga**  
O governador civil de Braga, dr.  
José de Araujo Pereira Sampaio, nas-  
ceu a 10 de junho de 1929, na capital  
do distrito.

Frequentou o liceu em Braga e  
fez parte do M.U.D. juvenil, quando  
da sua criação.

Participou na campanha para a  
presidência da República do general  
Norton de Matos, e regressado a Bra-  
ga, passou a exercer a advocacia na  
aquela cidade. Trabalhou em todas as  
campanhas políticas da oposição de-  
mocrática, designadamente as que  
se referem à eleição de deputados à  
Assembleia Nacional e da Presidência  
da República do dr. Arlindo Vicente.

Em 1969, foi candidato a deputado  
pelo C.D.E. de Braga, tendo tomado  
parte no segundo e no terceiro con-  
gressos de Aveiro e sido relator de  
uma tese coletiva sobre política do  
trabalho apresentada neste último.

**Major Fernando Augusto Gomes, gô-**

**vernador civil de Bragança**  
O chefe do distrito de Bragança,  
major Fernando Augusto Gomes, é  
natural da povoação de Vila Nova,  
Concelho de Bragança.

Oficial de Infantaria exerceu  
uma comissão de serviço na antiga  
Índia Portuguesa, duas no Estado de  
Moçambique e a quarta e última na  
Guiné, de onde regressou em Dezem-  
bro do ano findo.

Em janeiro deste ano foi nomea-  
do 2.º comandante do Batalhão de  
Caçadores n.º 3, em Bragança, tendo  
passado a desempenhar as funções  
de comandante de Março a Junho ul-  
timos.

Após o 25 de Abril, passou tam-  
bém a desempenhar o cargo de dele-  
gado da Junta de Salvação Nacional.  
**Dr. Joaquim da Rocha e Silva, gover-**

**nador civil de Leiria**

Radicado em Leiria, há 42 anos,  
o dr. Joaquim da Rocha e Silva, ago-  
ra nomeado governador civil de Leiria,  
nasceu a 14 de Setembro de 1904, em  
Belém do Pará, Brasil, vindo aos 10  
anos para S. Martinho do Porto, de  
onde eram seus pais naturais. Ali se  
conservou até aos 17 anos, frequen-  
tando o colégio local e ainda o liceu  
de Leiria.

Transitou depois para o Porto  
onde residiu 10 anos e se licenciou em  
Económicas e Financeiras com distin-  
ção, tendo sido assistente da Faculda-  
de, onde se formou.

Mais tarde, em 1932, foi nomeado,  
professor da Escola Industrial e Co-  
mercial de Leiria e aqui exerceu as  
cadeiras de Contabilidade e Matemá-  
tica.

Em 1949, foi afastado compulsiva-  
mente das funções docentes pelo  
governo salazarista, mas sempre fiel  
às idelas democráticas, fez parte de  
todos os movimentos oposicionistas  
desde o 28 de Maio, nomeadamente o  
M.U.D., na campanha de Norton de  
Matos, na campanha de Quintão  
Meireles e Humberto Delgado.

Candidato a deputado pela oposi-  
ção em 1949, exerce agora a profissão  
de economista e, especialmente, de  
consultor fiscal.

Já depois do 25 de Abril, na Es-  
cola Técnica de Leiria, onde foi pro-  
fessor, como se disse, foi reintegrado  
com justa homenagem ao dar a sua  
última aula, estando presentes todo o  
corpo docente e muitos dos alunos.  
**Dr. Florindo Hipólito Sajara Madeira,**

**governador de Portalegre**  
O novo governador civil de Por-  
talegre, dr. Florindo Hipólito Sajara  
Madeira, nasceu a 29 de Novembro de  
1935, na capital do distrito.

Licenciado em direito pela Facul-  
dade de Lisboa, completou o curso  
em 1961 após o que exerceu as funções  
de subdelegado do Procurador da Re-  
pública em Portalegre, de 1962 a 1964.

Em 1964 participou no concurso  
para delegado do Procurador da Re-  
pública, mas não foi admitido por  
despacho de Conselho de Ministros,  
que considerou arbitrariamente reve-  
lar o candidato espírito contrário às  
leis fundamentais e não dar garan-  
tia de dedicação aos fins superiores  
do Estado.

Começou, então, a exercer advoca-  
cia em Portalegre, até Janeiro de  
1968, data em foi chamado para o  
curso de capitães. Mobilizado para  
Angola, ali permaneceu em comissão  
de serviço, até 1970 como capitão mi-  
liciano.

Regressando a Portugal fixou-se  
em Cascais, onde exerceu a advocacia  
até o presente.

O dr. Florindo Sajara Madeira foi  
co-fundador do Grupo Cultural de  
Portalegre: foi vice-presidente do Ci-  
ne-Clube que ali se criou, mas não  
chegou a ser homologado pelo S.N.I.

Pertence, ainda, à Comissão Dis-  
trital de Ação Democrática Social, da  
qual posteriormente se afastou.

## COLUNA DO LEITOR

### Os portugueses do Brasil e o conceito de Pátria

"Vasculhando os meus arquivos  
encontrei este artigo de João Chagas,  
escrito há 76 anos mas que se enqua-  
dra como uma luva..."

Alamiro Andrade — Rio de Janeiro  
De acordo, Porém, caro leitor, re-  
pare que, no fundo, o que João Cha-  
gas dizia é que os nosso patricios con-  
fundiam a coroa do rei com o Portu-  
gal permanente e eterno, assim como  
alguns, até há pouco, confundiam a  
Pátria com a imagem que o ardiloso  
Salazar conseguiu, com censura e  
bastante propaganda, criar de si mes-  
mo e do seu regime. Salazar era a  
própria divina providência em forma  
humana. Recusemos por um momento  
a ironia e acreditemos que os nossos  
patricios sejam capazes de se habi-  
tuar a ver em Portugal o próprio Por-  
tugal. Ou, se isso não for possível, a  
identificá-lo simplesmente com a no-  
va legalidade. Para que a coisa não  
fique obscura transcrevemos (apenas)  
um pequeno trecho do texto de João  
Chagas, o grande panfletário da Re-  
pública:

"Aos portugueses do Brasil causa  
desgosto assistir ao espetáculo das nos-  
sas lutas políticas. Foi justamente o  
que eu verifiquei quando escrevi que  
o patriotismo do português no Brasil  
não sofre que a pátria se sujeite a  
qualquer discussão, sendo-lhe assim  
antipáticos todos aqueles que dêem  
motivo para que ela seja discutida —  
e por discussão entendo debate con-  
traditório."

"O dogma da pátria é a monar-  
quia, o rei, o governo, numa palavra,  
a pátria tal como existe, com os seus  
poderes constituídos. Uma pátria di-  
ferente, isto é, representada por ou-  
tros poderes políticos, deixaria de ser  
a pátria, para esses portugueses do  
ultramar."

Vamos esperar para ver?

### O povo e o contexto

"A intentona golpista preparada  
para o dia 28 despertou o povo de suas  
inibições frente ao poder militar le-  
vando-o a integrar-se no trabalho de  
reconstrução de um Portugal livre.  
De um momento para o outro desa-  
pareceu um poder de elite, mantido  
por Spínola, dando lugar à fusão en-  
tre o povo e as forças armadas. Estas  
duas forças aplaudem-se mutuamen-  
te em praça pública, reconhecem suas  
funções históricas, aliam-se como  
dois poderes constituindo os alicerces  
da luta contra a reação. É um fato  
novo, creio, na história mundial. On-  
tem ouvimos as palavras de Vasco  
Gonçalves que, perante uma multidão  
de mais de 200.000 pessoas no Porto,  
assinou a necessidade de que a vigi-  
lância permanente seja mantida pelo  
povo como única forma de se impedir  
o renascimento da direita no país.  
Confesso que fiquei emocionada ao  
ouvir um militar falando com tanta  
lucidez, tal inteligência e absoluta  
coragem depois de ter sido ameaça-  
do de morte no dia 28.

Fátima Maria — Lisboa  
Bravo, Fátima. E obrigado pelo  
testemunho pessoal, tão impressivo e  
expontâneo, que você nos oferece.

### Um jovem de 64 anos

"Leiria, cidade legendaria dos  
meus sonhos, dos lirios e do rouxinol,  
que demandam a poesia também lá  
no alto do rochedo, colina da Marti-  
nela, terra sagrada onde eu nasci.  
Onde, ao despontar do sol, mãos ca-  
lejadas manejam as enxadas e o ara-  
do, que ainda não foi substituído por  
tratores, e que ali continua a lavrar  
a terra para as sementelras dos plan-  
tios dos lavradores de minha aldeia."

João Pereira Viva — São Paulo  
A sua carta é coevovente e se não  
fosse longa, e o nosso espaço pouco, tê-  
la-íamos transcrito na íntegra. Esco-  
lhemos este pequeno trecho que é o  
que melhor exprime a sua juventude  
de 64 anos. A idade da República Por-  
tuguesa!





## Oficial desertor volta a Portugal

Manoel Pedroso, militar português desertor do Exército por não concordar com a ideologia do regime deposto recentemente em Portugal, encontrava-se exilado no Brasil há 9 anos. Os acontecimentos de 25 de Abril permitiram a sua volta imediata à Pátria a que sempre esteve ligado. Segue-se a entrevista que concedeu a este Jornal pouco antes de sua partida.

**P 1.** Nesta hora de despedida, diga-nos o que espera dos democratas que ficarão no Brasil?

R. Confio na capacidade dos democratas portugueses do Brasil, de encontrarem o seu caminho, e acho que a construção da democracia em Portugal poderá ser auxiliada aqui, através de atividades de esclarecimento junto à colônia portuguesa.

**P 2.** Acha que os portugueses democratas deveriam voltar a Portugal?

R. É dentro do País, sem dúvida, que se pode exercer maior participação na vida portuguesa. Eu volto. Mas compreendo que muitos fiquem até por motivos pessoais. No meu caso, só aguardo os trâmites administrativos relativos à minha reintegração no Exército, já aprovada pelas autoridades competentes. Mas foi difícil cortar todos os laços profissionais e efetivos com o Brasil, onde deixo amigos de 9 anos de exílio.

**P 3.** Que posto ocupará no Exército?

R. Como sabem, eu era capitão quando do Movimento de Beja e serei reintegrado no posto que teria se tivesse permanecido na ativa, ou seja, ocuparei o posto de major.

co de Portugal. Pensa que a independência das colônias pode prejudicar a economia do nosso país?

R. Na minha modesta opinião, face a uma questão tão ampla e complexa, limito-me a dizer que o futuro português tem de absorver um passado caótico, caracterizado pelo obscurantismo social e por ditadura política, guerra colonial e estagnação econômica. Esperar um futuro sem dificuldades seria utópico. Mas a garantia de um futuro mais feliz, para todos nós, identificados com o povo português, reside na certeza de todos os portugueses de hoje, e principalmente das Forças Armadas, de que o passado fascista a que me referia, não tem nada de positivo a inspirar-nos no futuro.

Se a independência das colônias prejudica a nossa economia? Penso que não tínhamos outra alternativa. Se continuássemos a guerra, então sim é que o país ia a uma ruína que punha em risco a nossa individualidade política e, ademais, a independência seria um fato inevitável no futuro. A guerra sim, é que nos prejudicava economicamente, não a descolonização. Com ela, Portugal abriu-se de novo para o mundo, com todas as vantagens que daí podem advir. Porque, independentemente das razões de princípio e da posição democrática que assumimos, creio que Portugal é um país viável sem colônias, ao contrário do que vendia a propaganda salazarista. Bastam-lhe a modernização de algumas estruturas sociais e a dinamização e racionalização da produção global.

**P 5.** Acha que o Movimento das Forças Armadas, em unidade com o povo, constitui uma verdadeira revolução democrática?

R. Não podemos confundir a derrubada do fascismo com uma revolução. A revolução democrática não se acaba. Vive de um processo de dinâmica social no qual o povo exerce a principal ação. No momento, o Movimento das Forças Armadas constitui a única força política com poder para defender e impor o seu programa, cujo objetivo é instaurar as instituições democráticas no país. O funcionamento destas é que conduzirá o país à justiça social, ao regime e estilo de vida política que o nosso povo quiser e souber construir. Entretanto, não devemos ignorar que emergimos de 48 anos de fascismo, com todo o seu cortejo de mentiras e deformações. É natural que haja interesses econômicos protegidos pela reação que, por desespero ou ignorância, queira entrar o salto para o progresso que o nosso país acaba de dar, através das liberdades conquistadas e da descolonização. Mas o povo unido com as Forças Armadas jamais será vencido, como se gritou no 25 de Abril. Esse é também o meu pensamento.

## Situação econômica do País

A conjuntura econômica portuguesa foi analisada durante uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros, presidida, em S. Bento pelo brigadeiro Vasco Gonçalves tendo sido também o tema de um encontro do primeiro-ministro com o prof. Celso Furtado, famoso economista, brasileiro, exilado em Paris, desde 1964.

Estiveram presentes, na reunião do Conselho, todos os ministros, com exceção do dr. Almeida Santos. O Conselho ouviu, também, uma exposição do titular da pasta das Finanças, dr. Silva Lopes, sobre a sua recente visita a Washington, onde teve contactos com o Banco Mundial, relacionados com o pedido de empréstimo feito pelo Governo Português àquela organização.

Na agenda da reunião, que se iniciou cerca das 20 horas e se prolongou por pouco mais de uma hora, não constava, como chegou a ser noticiado por um vespertino, o debate da coligação governamental.

Segundo o major Vitor Alves, em resposta aos jornalistas presentes, o Conselho fora convocado apenas para analisar a atual situação econômica, em especial no que se refere à Banca Comercial.

Entretanto, no final da reunião do Conselho de Ministros, confirmando a informação do major Vitor Alves, foi distribuído aos órgãos da Informação, através da Direcção-Geral de Informação, o seguinte comunicado:

"O Conselho de Ministros reuniu-se em S. Bento, sob a presidência do primeiro-ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves.

Foi debatida a conjuntura econômica atual e foi decidido que o ministro da Educação e Cultura, prof. Magalhães Godinho, represente Portugal na próxima sessão de abertura da reunião da U.N.E.S.C.O."

Reunião de Celso Furtado com Vasco Gonçalves e os ministros da Economia e Finanças

O encontro de trabalho do prof. Celso Furtado com o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, no qual participaram os ministros das Finanças, da Economia e dos Assuntos Sociais e o prof. Rui Luis Gomes, decorreu na residência oficial do chefe do Governo.

O prof. Celso Furtado, que se deslocou ao nosso país a convite do prof. Rui Luis Gomes, conselheiro do Estado e reitor da Universidade de Ercic, encontra-se exilado em França. Antigo ministro do Planeamento do Governo de João Goulart, em 1962 e 1963, Celso Furtado é professor da Universidade da Sorbona.

No Brasil, foi de 1958 a 1961, diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e, de 1955 a 1964 um dos responsáveis pelo Plano Diretor da Sudene, o organismo que superintende o desenvolvimento do Nordeste. Entre numerosos livros de Economia escreveu, "Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico", obra editada em Portugal.

Celso Furtado interrompendo o seu exílio em Paris, voltou, em 1968, pela primeira vez, ao seu país, a convite do próprio Governo brasileiro. Nessa sua estada no Brasil, e num seu depoimento para a Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, apresentou um estudo sobre a economia brasileira.

## Forças Armadas ocuparam o Partido do Progresso

(ANI) — Importante e numeroso material bélico — que seria suficiente para equipar dois mil homens — foi encontrado nos primeiros dias do mês por forças do Comando Operacional do Continente (COPCON) na sede do Partido do Progresso, na Avenida Infante Santo, em Lisboa — relata, com grande desenvolvimento, toda a imprensa lisboeta, pormenorizando que entre o material apreendido figuravam 50 lança-granadas fogueira e 200 pistolas metralhadoras.

As instalações da sede do Partido do Progresso, inicialmente denominado "Movimento Federalista" e situado à direita no quadro atual da vida política portuguesa, ocupavam três andares nos quais se guardava um verdadeiro arsenal, incluindo garrafas vazias para fabrico de "cocktails Molotov". Segundo os relatos da imprensa, aquele partido parece ter sido o principal promotor da malograda "manifestação da maioria silenciosa", cujo desmantelamento esteve na origem da crise política do passado fim de semana.

As Forças Armadas ocuparam igualmente a sede regional do Partido do Progresso, sita na Rua Rosa Araujo, onde funcionava a redação do jornal "Tribuna Popular", órgão do movimento.

Entretanto, outro partido considerado da direita — o "Trabalhista Democrático" — que há dias vinha sendo alvo de ameaças telefônicas e acusado de cumplicidade numa tentativa reacionária foi ocupado militarmente a pedido dos seus dirigentes. A sua sede, na Amadora, arredores de Lisboa, foi passada minuciosamente a busca, sem que tenha sido encontrado armamento.

O arquiteto Almeida Araujo, secretário-geral de outro partido de direita — o Partido Liberal, cuja sede foi assaltada há dias por um grupo de populares — está sendo procurado pelas Forças Armadas. É acusado, segundo o vespertino "República", de haver fornecido 80 milhões de escudos para financiamento da tentativa reacionária.

### Um plano macabro

Os "pides" detidos em Caxias, diz fonte "completamente fidedigna" citada pelo nosso prezado colega "Diário de Lisboa", assim que o golpe da extrema-direita se começou a delinear, começaram a elaborar uma lista de pessoas — militares e civis — a executar sumariamente.

Segundo a mesma fonte, as buscas efectuadas até agora em vários locais, têm permitido encontrar outras listas idênticas. Nelas se incluem membros de partidos políticos, e profissionais da Informação a ser conduzidos imediatamente para praças de touros e campos de futebol.

Trata-se de medidas em tudo decalcadas do exemplo chileno de Pinochet; e cá, como lá, o destino a dar aos internados nesses recintos seria bem diferente da legalidade com que as Forças Armadas tratam os detidos em Caxias, Peniche, Penitenciaría e outros recintos prisionais.



Homenagem pública a uma vítima do fascismo

José Dias Coelho, português, escultor, completaria 51 anos em junho último, se as balas da ex-PIDE não o tivessem assassinado, numa rua de Lisboa no dia 19 de dezembro de 1961. Um homem, um artista, um político de grandes ideais acabava de tombar, às mãos dos carrascos do povo. Dia 19 de junho último rendeu-se-lhe comovente homenagem pública: decorreu-se uma lápide diante do número 30 da Rua da Creche, em frente ao qual tombou aquele grande democrata.

“De todas as sementes confiadas à terra, é o sangue derramado pelos mártires que faz levantar mais copiosas searas”. As palavras são do próprio Dias Coelho, agora inscritas na lápide que lembrará para sempre a sua morte ao serviço do povo português, a sua luta por um futuro de liberdade.

Em 19 de junho último, à Rua da Creche, não houve sangue. O vermelho, abundante, era dos cravos ali deixados em sua homenagem, à qual assistiram cerca de mil pessoas, tendo falado à multidão Rodrigo de Freitas, Margarida Tengarrinha e Pedro Soares, enaltecendo as qualidades do mártir antifascista, sublinhando o alto exemplo da sua figura de intelectual, não afastado do povo, mas situado na vanguarda da sua luta.

A sessão, realizada à noite, na S. N. B. A. (Sociedade Nacional de Belas Artes) organismo que, juntamente com o Movimento Democrático e o Comité Dias Coelho, promoveu a homenagem pública, contou com a presença de algumas centenas de pessoas. Na mesa, presidida por Margarida Tengarrinha, estavam José Cardoso Pires, Teresa Dias Coelho (filha do escultor), Manuel João Palma Carlos, Pedro Soares, e quatro parlamentares italianos antifascistas de visita a Portugal.

José Cardoso Pires foi o primeiro orador da noite: “Amigos, estamos aqui a reviver um amigo, uma imagem quase privada. Mas posso dizer que poucos companheiros tiveram tanto gosto de viver. A P.I.D.E. matou-o, pois a morte é uma das moedas do fascismo, um dos seus elementos essenciais. “Em toda parte há um pedaço de mim que se quer dar”, afirmava Dias Coelho. E ninguém, como ele, se soube dar e repartir, exaltando o amor, o entendimento, todas as coisas compartilhadas. Penso que a luta política deve levar à conquista da felicidade

Artesy  
José Dias Coelho



na Terra. Dias Coelho lutava por isso”.

O dr. Manuel João Palma Carlos referiu-se demoradamente, não apenas à morte de Dias Coelho, mas às centenas de portugueses, mortos a tiro, como o escultor agora homenageado ou o general Humberto Delgado, ou mortos devido aos suplícios infligidos nos cárceres ou salas de tortura dos sinistros pides.

“Que o povo português, muitas vezes tomado pela clemência, não deixe de exigir o julgamento público, não só dos agentes da polícia, diretamente responsáveis pela tortura e pela morte, mas também dos governantes, diretos responsáveis por um regime que, durante 48 anos, manteve o fascismo em Portugal”, referiu o dr. Manuel João Palma Carlos, que representava a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos.

Reconstituição do assassinato de José Dias Coelho.

As autoridades judiciárias militares fizeram já a reconstituição do assassinio do escultor José Dias Coelho. Os ex-pides implicados foram levados para a Rua da Creche e o numeroso público foi afastado por medida de segurança. O “pide” António Domingues é acusado de homicídio voluntário, e os fatos que lhe deram origem ocorreram no dia 19 de Dezembro de 1961.

De arma na mão, mas desta vez descarregada, o “pide” António Domingues explicou como abateu José Dias Coelho.

No livro “A resistência em Portugal” da autoria de José Dias Coelho e recentemente publicado, Margarida Tengarrinha escreve a determinada altura:

“Pormenores do crime foram depois conhecidos. Cinco agentes de uma brigada da P.I.D.E, saltaram de um automóvel, perseguiram-no, cercaram-no e dispararam dois tiros. Um tiro à queima-roupa, em pleno peito deitou-o por terra e outro foi disparado com ele já no chão. Não tinha consigo qualquer arma. Isto passou-se pelas 8 horas da noite. Precipitadamente, os assassinos meteram-no no carro e partiram a toda a velocidade. Houve quem visse e contasse. Mas as testemunhas foram “avisadas” de que deviam calar-se e, atemorizadas, “emudeceram”. Para o crime ficar impune só duas horas depois o foram entregar já a expirar, ao Hospital da G.U.F.”.

Uma arma revolucionária - o trabalho

Crónica de José Gomes Ferreira

Sai muito cedo de manhã, para assistir a esta visão estranha de uma cidade em que os homens queriam sentir, ao menos uma vez na vida, que o trabalho poderia suscitar-lhe o mesmo sabor gostoso de um dia de preguiça. E a alegria de pensar que todos estavam ali a trabalhar às ordens de si mesmos. E, sobretudo, esquecidos da raiz etimológica (que alguns até talvez ignorassem) da palavra trabalho, que, como verifiquei, agora mesmo num dicionário, deriva de um instrumento de tortura, *tres-palus* formado por três paus, espécie de canga que os senhores impunham no pescoço dos escravos rebeldes, para os punir, obrigando-os depois a puxar à nora, no meio de dores que hoje continuam a doer no coração de nós todos, os bons, ou os que escolheram a profissão de parecerem bons.

Mas por que espírito de maldade comigo mesmo eu recordava essa maldita raiz? Eu que sei há muito que o trabalho se tornou um suor santo no rosto dos deuses e dos homens, indispensável à vida e, agora mais do que nunca, à nossa pátria em reconstrução.

Nesse domingo extraordinário, o Sol fabricara a sua luz de ouro mais puro para nos iluminar e as raízes das árvores moldavam as últimas folhas verdes do Estio quase morto, para não nos recordarmos do Outono.

Desci a Avenida contente deste esplendor tão de acordo com a felicidade que vislumbrava nos olhos de toda a gente.

Alguns fingiam? Claro, isso de unanimidade só existe em sonhos de perfumes de rosas. Mentir aos outros, e a si mesmo — eis uma das tristes artes que se desenvolvem com rapidez nas mutações revolucionárias.

Enquanto eu descia a Avenida e atravessava o Rossio não era o reboliço das lojas e a atenção curva dos burocratas nas carteiras dos escritórios e secretárias, o que mais me impressionava. Mas o outro trabalho, o deliberadamente voluntário dos rapazes, habituados à cabulice (como eu nos velhos tempos) que esfolavam os dedos a raspar as inscrições nas estátuas com palha de ação. E o daquele senhor alegremente ventruado que, com a sua vassoura em frente da loja; e as mãos de uma rapariga que, com hábito doce de enfeitar jarras, punha um ramo de flores nos braços do poeta Chiado... O bom do Chiado do Auto das Regateiras e amigo de Camões, este também empertigado no seu monumento a dois passos, que, depois de limpo por estudantes e operários jovens, merecia um tratamento especial de enfeites de fitas com as cores nacionais, enquanto, com falta de jeito manifesto, um menino rico, de agulheta mal segura, regava a relva em redor...

Eu continuava tão comovido por ver os outros a trabalhar que até me deixei enternecer pelos ciúmes com que algumas vendedoras de jornais, com as mãos calosas de anos e anos

de esfregar casas, criticavam com ternura agressiva as atitudes canhestras das burguesinhas metidas por patriotismo naquele sarilho de varrer, lavar paredes, regar, desfazer cartazes...

— Olha para aquela fúfia! Nem sequer varrer sabe. Quando casar, pobre do marido!

E eu encantado, cá metido no meu trabalho de sempre, que é o de pensar, sofrer, sentir (deixem-me ao menos esta ilusão!) Ilusão que não durou muito tempo, porque não tardei a encontrar aquele velho e fatal conhecido do Chiado, cujas opiniões, por via de regra, chocam quase sempre com as minhas.

Mas não. Desta vez, não. Trazia a máscara solene dos que andavam maravilhosos consigo mesmos por assistirem a qualquer coisa que os tornava maiores do que eram, naquela festa do domingo do dia 6 de Outubro de 1974.

Parou diante de mim — como di-rei? — gravemente entusiástico:

— Que arma! — disse.

— Arma? — acompanhei-o no tom de espera por explicações já sabidas.

— Sim. O trabalho... Olha em redor de ti. É uma arma revolucionária perigosíssima. Pior do que a greve. A antigreve. Ainda há momentos encontrei um reacionário que me ciclou abatido: — Com isto é que eu não contava. Estamos perdidos!”

a solidariedade espontânea dos trabalhadores

Domingo dia 6 de outubro, foi dia de trabalho nacional. Nas fábricas, nos campos, nos escritórios, em todo o lado, o povo trabalhador, o mesmo povo trabalhador que, ainda há uma semana, tinha contribuído para uma grande derrota da reação, reafirmava com essa jornada, o seu desejo inabalável de construir um Portugal livre, democrático e independente.

Os próprios trabalhadores decidiram do caminho a dar ao dinheiro ganho nesse dia. Fundos de greve, apoio a operários despedidos, Governo Provisório, foram alguns dos destinos dados ao produto da jornada de trabalho nacional.

Os operários corticeiros da Mundet, no Seixal, decidiram trabalhar de graça para ajudar a resolver a precária situação económica daquela fábrica. Foi o que fizeram.

Mas não ficaram por aí. Ontem mesmo, decidiram quotizar-se. Com um objetivo: ajudar mutilados da guerra colonial “Dessa guerra injusta que levou tantos dos nossos filhos”, afirmaram.

A quotização rendeu cerca de 21 contos. Aqui se registra o fato. É assim a solidariedade entre o povo. E ainda há quem, reacionariamente, afirme que são os trabalhadores que estão interessados em criar o caos económico.



## Multinacionais: um instrumento perigoso

A administração da Apple Magnetic, empresa eletrônica portuguesa, despediu 116 trabalhadores, no mês de julho; pouco tempo depois, a D.S. Eletrônica mandou embora 47 trabalhadoras da linha de produção, enquanto que a Eletrônica Signemática de Portugal Ltda. pretende iniciar, a partir de 1.º de novembro, o despedimento de 130 trabalhadores por mês, até o limite de 900. Estes são apenas alguns exemplos do número crescente de despedimentos que as empresas multinacionais sediadas em Portugal têm realizado após o 25 de abril.

Para debater o problema, a Intersindical realizou, em sua sede, uma conferência de imprensa que reuniu jornalistas e elementos das comissões de trabalhadores de várias empresas de material eletrônico e elétrico, fortemente atingidas pela situação. Definindo a posição da Intersindical, José Marques dos Santos, representante do secretariado da União dos Sindicatos do Sul, deu uma visão panorâmica da própria multinacional, afirmando que "Portugal, país colonizador, é por sua vez um país altamente colonizado; além da utilização das matérias-primas, a mão-de-obra foi intensamente aproveitada. A ditadura fascista era a ditadura dos monopólios, do capital internacional.

Até o 25 de abril a mão-de-obra portuguesa, reprimida, desempenhou um papel fundamental de apoio ao grande capital internacional. Perante a nova situação, surgiram maiores possibilidades de reivindicação para os trabalhadores. Com isso, diminuíram as condições extremamente favoráveis em que até então se processava o aproveitamento da mão-de-obra portuguesa e o capital monopolista perdeu grande parte do interesse em manter suas empresas em Portugal. Para Marques dos Santos, "só a força dos trabalhadores — que advém da sua união, organização e solidariedade —, poderá impedir as manobras divisionistas e repressivas do capital monopolista". Acha ainda que "unidos e organizados, os trabalhadores podem e devem impedir os despedimentos e o encerramento das fábricas; podem e devem impedir que os representantes das empresas filiais se retirem, levando o dinheiro e os bens que são propriedade nossa, pois são produto do nosso trabalho; podem e devem exigir a promulgação de legislação que impeça tais arbitrariedades e desfalques à economia nacional; podem e devem exigir que o Governo Provisório tome as medidas adequadas à reconversão — se necessário — daquelas indústrias para que se integrem na economia nacional".

Eduardo Viana, diretor do Sindicato dos Eletricistas do Sul, considera que "já sob o regime fascista, enquanto o CCT — Contrato Coletivo de Trabalho, estava em fase de arbitragem, as multinacionais manifestaram-se contra a sua homologação. Enquanto que no setor de empresas de eletrônica e material elétrico, os vencimentos eram em média de 1800 escudos (540 cruzeiros), o CCT estipulava um ordenado mínimo de 3500 escudos (1,05 mil cruzeiros) e considerava como salário médio do setor, a quantia de 4500 escudos (1,35 mil cruzeiros)".

Além disso, a especificidade das indústrias de eletrônica e material elétrico torna difícil a sua adequação à nova situação. As empresas transformadoras situadas em Portugal não só recebiam as matérias-primas muitas vezes da própria matriz no exterior, como também produziam artigos não acabados que eram remetidos para finalização às empresas do grupo com maior avanço tecnológico. Aproveitava-se assim um anel na cadeia de produção em que era mais econômico utilizar uma massiva mão-de-obra barata do que empregar uma qualificada tecnologia. Com esta característica — de passa-

gem, o processo desingava-se da própria economia nacional.

Enquanto que no tempo de Salazar, as empresas que se estabeleceram estavam de certo modo viradas para o consumo interno (mesmo que só parcialmente), as empresas formadas durante o governo de Marcelo Caetano estão estruturalmente muito mais dependentes dos meios monopolistas internacionais. No primeiro caso incluem-se principalmente as empresas de telecomunicações e no segundo, as de material eletrônico.

Na agricultura, o quadro não é muito diferente: no município de Viana do Alentejo, em Aguiar, estão desempregados 27 homens e 81 mulheres; em Alqueva, município de Portel, 31 homens e 50 mulheres; na Torre de Coelheiros, município de Évora, 62 mulheres. A situação levou o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas a promover uma manifestação de protesto, além de pedir o saneamento do delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

A afirmação de um operário da Signetics, reflete que os trabalhadores estão conscientes das implicações profundas que a atual onda de desempregos pode causar na vida econômica e política nacional. Ele considera que "todas estas medidas parcelares das empresas estão ligadas em uma ação única, comumente decidida, de criar dificuldades ao processo de democratização em curso, virar os trabalhadores uns contra os outros e sobretudo contra o Governo Provisório".

## Corrigindo desequilíbrios

A necessidade de proteger a economia portuguesa levou Rui Vilar, ministro da Economia, a criar uma comissão destinada a elaborar os projetos de decretos legais que têm por finalidade disciplinar a concorrência e estudar medidas que assegurem ao Estado os necessários meios de controle público das práticas comerciais restritivas e da atividade de empresas em posições dominantes.

A preparação dos projetos visa também estabelecer meios eficazes de atuação antimonopolista, capazes de corrigir os desequilíbrios do mercado que sejam nocivos à economia nacional ou contrários às linhas da política econômica definida pelo Governo. Elaborar estas linhas de atuação é uma necessidade urgente, uma vez que o Governo, não dispõe, atualmente, dos instrumentos jurídicos imprescindíveis para influir. A lei n.º 1/72, de 24 de fevereiro, que se refere ao assunto, nunca chegou a ser devidamente regulamentada, além de não se adequar às exigências e circunstâncias específicas da atual conjuntura.

A Comissão que é presidida por Vasco Alrão Marques, advogado assistente da Faculdade de Economia do Porto — é constituída pelos seguintes membros: António dos Santos Boavida, da Comissão de Coordenação Económica; Etelvina Magalhães Toróis Valente, do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Finanças; Maria Ernestina Campos de Carvalho, da Comissão de Coordenação Económica; Nuno de Siqueira, também da Comissão de Coordenação Económica e Rui de Almeida Mendes, da Comissão Interministerial de Cooperação Económica Externa.

## A posição dos industriais da CIP

Para definir posições e elaborar sugestões, os dirigentes da CIP — Confederação das Indústrias Portuguesas — reuniram-se recentemente, em Lisboa. Representando 47 mil industriais portugueses, os membros da comissão executiva da CIP escarjaram que Portugal não está à beira do caos econômico, e que os boatos que circulam no exterior fazem parte de manobras da reação.

Além do esclarecimento, a CIP enviou um telegrama ao primeiro-ministro brigadeiro Vasco Gonçalves, identificando-se com o Programa do Movimento das Forças Armadas e

com o atual processo de democratização. Nele, a CIP reafirma a sua confiança na construção de uma sociedade democrática e pluralista, reafirma o seu inteiro apoio ao Governo Provisório e ao MFA; repudia as tentativas de regresso a uma passada baseado na discriminação política, social e econômica, e condena as manobras que tentam derrubar a ordem democrática instituída.

De acordo, com os cálculos dos dirigentes da CIP, existem hoje, em Portugal, entre 15 a 20 mil desempregados. Por esse motivo, sugerem a criação de novos postos de trabalho através da modernização das unidades industriais e a adoção de técnicas atuais, além de programas que elevem a rentabilidade. Por outro lado, os industriais são contra a semana de 50 horas, uma vez que consideram bem mais importante tornar o tempo de trabalho cientificamente mais produtivo, do que simplesmente aumentá-lo. Esa medida poderia ser adotada no futuro, mas, mesmo assim, depois de bem estudada a relação entre o aumento de produção e a reação do consumo. Além disso, seria necessário levar em conta os diversos setores de produção, principalmente porque a medida é negativa para aqueles que exigem grande esforço físico ou mental. Concluindo, os dirigentes manifestaram ao Governo a sua convicção de que "é importante adaptar o tempo de vida ao período de trabalho e não o contrário", e que "os empresários portugueses deverão conscientizar-se de que o futuro terá de ser construído com novas regras".

## Vencendo problemas

Comentando o discurso de renúncia do general António de Spínola, a comissão da CIP, representada por António Vasco de Melo, Miguel Stau Monteiro, José Manuel Cabral e Basílio Horta, afirmou compreender a posição do ex-chefe do Governo, mas achá-la francamente exagerada: "Não foi suficientemente objetivo, nem concretizou a sua análise ao momento em que vivemos. Em nossa opinião, as empresas industriais portuguesas enfrentam problemas, que podem ser resolvidos se forem adotadas várias medidas". Lembraram ainda que "muitos dos problemas nos quais se debate a indústria não são de caráter interno, pois resultam da falta de matérias-primas no mercado internacional e de dificuldades conjunturais existentes em todo o mundo".

Terminaram afirmando que "a estabilização política, esperada para breve, corresponderá, certamente, à estabilização do mercado financeiro e dele se pode partir para o relançamento profundo da economia portuguesa".

## Grupo de estudo apresenta relatório

Pelos secretários de Estado da Indústria e Energia, do Tesouro e do Planeamento Económico foi exarado um despacho que, de acordo com o ponto 3.1 do despacho ministerial conjunto de 26 de Julho passado, que fixou novas bases para o desenvolvimento do setor siderúrgico, constituiu como segue, a comissão que elaborará o Plano Siderúrgico Nacional: em representação da Secretaria de Estado da Indústria e Energia, o eng. João Cardona Gomes Cravinho, que presidirá, e a dr.ª Aurora Murteira, o eng. Chaves Rosa e a dr.ª Maria Elsa Ferreira; pela Secretaria de Estado do Tesouro o dr. Manuel Raminhos Alves de Melo; pela Secretaria de Estado do Planeamento Económico, o eng. Luis Filipe Moura e Silva; o administrador por parte do Estado na Siderurgia Nacional, eng. Eduardo Gomes Cardoso; e o administrador da Siderurgia Nacional eng. Henrique Estácio Marques.

Pelo presente despacho, e de harmonia com o ponto 4.6 do despacho de 26 de Julho já referido, mantêm-se em vigor a autorização governamen-

tal de 10 de Dezembro de 1973 para a expansão da Siderurgia Nacional correspondente à 2.ª parte da Fase III do empreendimento do Seixal, que deverá ser incluída no Plano Siderúrgico Nacional. No delineamento desse plano ter-se-á em especial atenção a possibilidade real de utilização das matérias primas nacionais e as implicações do desenvolvimento siderúrgico nas relações interindustriais e nas infraestruturas, nomeadamente de transportes.

Os serviços competentes das secretarias de Estado referidas prestarão ao grupo de trabalho o apoio que pelo mesmo lhe é solicitado.

Pelo Ministério das Finanças serão tomadas as providências adequadas para colocar à disposição do grupo de trabalho os meios materiais e financeiros necessários à execução da tarefa cometida, nomeadamente no que se refira à realização de estudos técnico-económicos, eventualmente necessários, por peritos de reconhecida competência internacional.

A Direção-Geral dos Serviços Industriais prestará ao grupo de trabalho o apoio administrativo e de secretariado que for necessário.

O grupo de trabalho apresentará o seu relatório até 31 de Dezembro do corrente ano.

## "Um dia de salário para a nação"

Esteve no Ministério do Trabalho sendo recebida pelo ministro Costa Martins, uma comissão de trabalhadores da empresa Ernesto Cruz Ltda., de lanifícios, da Covilhã, que fez entrega àquele membro do Governo da importância de 79.144\$00, com que cerca de seiscentos elementos de todas as seções da firma participam na campanha "Um dia de salário para a Nação".

O trabalhador que entregou o cheque afirmou ao ministro a confiança que a todos anima, no futuro de um Portugal renovado, que proporcione a justa recompensa do seu esforço, já que na hora presente há ainda problemas a encarar pela classe trabalhadora, tais como os que resultam da subida do custo de vida.

Após inteirar-se do nível de salários e do horário de trabalho praticado na empresa (48 horas semanais), o capitão Costa Martins agradeceu a oferta, salientando o seu significado cívico e patriótico na hora de reconstrução que os portugueses vivem, e em que o País se empenha na consolidação das liberdades democráticas já alcançadas e na obtenção de um clima de verdadeira justiça social, tanto precisando por isso da colaboração de todos.

Aludindo ao aumento do custo de vida, disse que se trata efetivamente de uma crise que a todos afeta e se verifica até ao âmbito mundial, mas que o Governo está atento e certo de que encontrará as melhores soluções em futuro próximo.

## Oferta de trabalhadores rurais

Trabalhadores rurais do Monte de Trigo realizaram, no princípio do corrente mês, a tradicional festa anual da localidade, tendo oferecido metade da receita do: festejos às Forças Armadas e a outra metade à creche local.

## Outras ofertas

No Ministério do Trabalho continuam a ser recebidas ofertas provenientes dos vários setores de atividade, que se inserem na campanha de solidariedade das massas trabalhadoras entre si e com o Governo Provisório, na tarefa de reconstrução sócio-económica do País.

Trabalhadores do Laboratório Militar: 4.534\$00; um trabalhador da Carris, 200\$00; trabalhadores e sócios da Casa do Povo de S. Domingos da Serra (Santiago do Cacém), 21.770\$00; José Gonçalves Claras, 1.000\$00; trabalhadores da Carris (estação das Amoreiras), 1.800\$00; António Manuel Barreira, ... 200\$00; Alfredo Dinis da Silva Lobo (trabalhador da Carris), 200\$00; Maria do Carmo Calafate, 110\$00; Ilda Ribeiro Martins, 110\$00; José Ribeiro, 158\$40; Fernando Sousa dos Santos, 158\$40; Teresa Maria dos Santos Fernando, 110\$00; Fildmiona Casimiro, 110\$00; José Manuel Rodrigues Longo, 176\$70; Alvaro Cardoso Ferreira, 158\$40; Luis Canida da Cruz, 110\$00; Farbia Candeias da Silva, ... 110\$00; Vidauil Rosa Moreira, 158\$40 sargento reformado da Armada, 750\$00; e Julia Bragança Soares, 1.000\$00.

Também com o mesmo objetivo, alguns trabalhadores assalariados da Escola de Regentes Agrícolas de Évora ofereceram 2.790\$00.







# Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas



O documento que a seguir transcrevemos na íntegra pode, sem exagero, considerar-se histórico: é o Programa do Movimento das Forças Armadas que, desde a sua publicação, vem sendo cumprido rigorosamente.

Nele está a garantia das tendências verdadeiramente democráticas que inspiraram o 25 de abril.

Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objetivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os Portugueses de todas as raças e credos;

Considerando que a definição daquela política só é possível com o saneamento da atual política interna e das suas instituições, tornando-as, pela via democrática, indiscutidas representantes do Povo Português;

Considerando ainda que a substituição do sistema político vigente terá de processar-se sem convulsões internas que afetem a paz o progresso, e o bem-estar da Nação;

O Movimento das Forças Armadas Portuguesas, na profunda convicção de que interpreta as aspirações e interesses da esmagadora maioria do Povo Português e de que a sua ação se justifica plenamente em nome da salvação da Pátria e, fazendo uso da força que lhe é conferida pela Nação através dos seus soldados, proclama e compromete-se a garantir a adoção das seguintes medidas, plataforma que entende necessária para a resolução da grande crise nacional que Portugal atravessa:

## A — Medidas imediatas

1 — Exercício do poder político por uma Junta de Salvação Nacional até à formação, a curto prazo, de um Governo Provisório Civil.

A escolha do Presidente e Vice-Presidente será feita pela própria Junta.

2 — A Junta de Salvação Nacional decretará:

a) A destituição imediata do Presidente da República e do atual Governo, a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado, medidas que serão acompanhadas do anúncio público da convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal, direto e secreto, segundo lei eleitoral a elaborar pelo futuro Governo Provisório;

b) A destituição de todos os governadores civis no continente, governadores dos distritos autónomos nas ilhas adjacentes e Governadores-Gerais nas províncias ultramarinas, bem como a extin-

ção imediata da Ação Nacional Popular.

1) Os Governos-Gerais das províncias ultramarinas serão imediatamente assumidos pelos respectivos secretários-gerais, investidos nas funções de encarregado do Governo, até nomeação de novos Governadores-Gerais, pelo Governo Provisório;

2) Os assuntos decorrentes dos governos civis serão despachados pelos respectivos substitutos legais enquanto não forem nomeados novos governadores pelo Governo Provisório;

c) A extinção imediata da DGS, Legião Portuguesa e organizações políticas da juventude.

No ultramar a DGS será reestruturada e saneada, organizando-se como Polícia de Informação Militar enquanto as operações militares o exigirem;

d) A entrega às forças armadas de indivíduos culpados de crimes contra a ordem política instaurada enquanto durar o período de vigência da Junta de Salvação Nacional, para instrução de processo e julgamento;

e) Medidas que permitam vigilância e controle rigorosos de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro;

f) A anistia imediata de todos os presos políticos, salvo os culpados de delitos comuns, os quais serão entregues ao foro respectivo, e reintegração voluntária dos servidores do Estado destituídos por motivos políticos;

g) A abolição da censura e exame prévio;

1) Reconhecendo-se a necessidade de salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas dos meios mais reacionários, será criada uma comissão ad hoc para controle da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema de caráter transitório, diretamente dependente da Junta de Salvação Nacional, a qual se manterá em funções até à publicação de novas Leis de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema pelo futuro Governo Provisório;

h) Medidas para a reorganização e saneamento das Forças Armadas e Militarizadas (GNR, PSP, GF, etc.);

i) O controle de fronteiras será das atribuições das forças armadas e militarizadas enquanto não for criado um serviço próprio;

j) Medidas que conduzam ao combate eficaz contra a corrupção e especulação.

## B — Medidas a curto prazo

1 — No prazo máximo de três semanas após a conquista do Poder, a Junta de Salvação Nacional escolherá, de entre os seus membros, o que exercerá, as funções de Presidente da República Portuguesa, que manterá poderes semelhantes aos previstos na atual Constituição.

a) Os restantes membros da Junta de Salvação Nacional assumirão as funções de chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, vice-chefes do Estado-Maior das Forças Armadas, chefe do Estado-Maior da Armada, chefe do Estado-Maior do Exército e chefe do Estado-Maior da Força Aérea e farão parte do Conselho de Estado.

2 — Após assumir as suas funções, o Presidente da República nomeará o Governo Provisório Civil, que será composto por personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se identifiquem com o presente programa.

3 — Durante o período de exceção do Governo Provisório, imposto pela necessidade histórica de transformação política, manter-se-á a Junta de Salvação Nacional para salvaguarda dos objetivos aqui proclamados.

a) O período de exceção terminará logo que, de acordo com a nova Constituição Política, estejam eleitos o Presidente da República e a Assembleia Legislativa.

4 — O Governo Provisório governará por decretos-leis, que obedecerão obrigatoriamente ao espírito da presente proclamação.

5 — O Governo Provisório, tendo em atenção que as grandes reformas de fundo só poderão ser adotadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte, obrigará-se a promover imediatamente:

a) A aplicação de medidas que garantam o exercício formal da ação do Governo e o estudo e aplicação de medidas preparatórias de carácter material, económico, social e cultural que garantam o futuro exercício efetivo da liberdade política dos cidadãos;

b) A liberdade de reunião e de associação. Em aplicação deste princípio será permitida a formação de "associações políticas", possíveis embriões de futuros partidos políticos, e garantida a liberdade sindical, de acordo com lei especial que regulará o seu exercício;

c) A liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma;

d) A promulgação de uma nova Lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema;

e) Medidas e disposições tendentes a assegurar, a curto prazo, a independência e a dignificação do Poder Judicial;

1) A extinção dos "tribunais especiais" e dignificação do processo penal em todas as suas fases;

2) Os crimes cometidos contra o Estado no novo regime serão instruídos por juizes de direito e julgados em tribunais ordinários, sendo dadas todas as garantias aos arguidos.

As averiguações serão cometidas à Polícia Judiciária.

6 — O Governo Provisório lançará os fundamentos de:

a) Uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista;

b) Uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objetivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade da vida de todos os Portugueses.

7 — O Governo Provisório orientar-se-á em matéria de política externa pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais com base na amizade e cooperação;

a) O Governo Provisório respeitará os compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor.

8 — A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

a) Reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar;

b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;

c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.

## C — Considerações finais

1 — Logo que eleitos pela Nação a Assembleia Legislativa e o novo Presidente da República, será dissolvida a Junta de Salvação Nacional e a ação das forças armadas será restringida à sua missão específica de defesa da Soberania Nacional.

2 — O Movimento das Forças Armadas, convicto de que os princípios e os objetivos aqui proclamados traduzem um compromisso assumido perante o País e são imperativos para servir os superiores interesses da Nação, dirige a todos os portugueses um veemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional e exorta-os a garantirem, pelo seu trabalho e convivência pacífica, qualquer que seja a posição social que ocupem, as condições necessárias à definição, em curto prazo, de uma política que conduza à solução dos graves problemas nacionais e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis ao saneamento da nossa vida pública e à obtenção do lugar a que Portugal tem direito entre as Nações.



## Comunicado do Consulado de Portugal em São Paulo

O Consulado Geral de Portugal em São Paulo torna público que se acha afixado no recinto da sua Chancelaria um Comunicado expedido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, com base no decreto n.º 366/74, de 19/8/74, e convida todas as pessoas em geral a tomarem ciência do seu conteúdo e a agirem em consequência no mais breve prazo possível, tendo em vista que as comunicações a que o documento se refere devem ser entregues improrogavelmente em Lisboa até ao dia 15 de Novembro do ano corrente.

O Cônsul Geral

## Saneamento atinge embaixadas

É o seguinte o comunicado afixado nos Consulados Gerais de Portugal no Brasil: "De acordo com o determinado no decreto 366/74, de 19-8-74, está constituída e a funcionar a comissão de inquerito para o saneamento e reclassificação dos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Convidam-se, portanto, nos termos daquele diploma, todas as pessoas em geral e, muito especialmente todos os funcionários e demais colaboradores de qualquer categoria, a apresentarem as queixas, reclamações ou participação de fatos que possam constituir matéria de apreciação da comissão"

"Em conformidade com o disposto na alínea B, número 1, do citado decreto, as comunicações referidas no número anterior têm de ser feitas por escrito, assinadas e conterem indica-

ção dos meios de prova dos fatos que a ela se referirem, sem o que não poderão ser consideradas. Tais comunicações, que serão mantidas estritamente confidenciais, devem conter a indicação da morada dos signatários, serem endereçadas ao presidente desta comissão e entregues improrogavelmente até o dia 15 de novembro próximo, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, Largo do Rilvas, Lisboa, 3, em carta registrada ou em mãos e com nota confidencial".

## Comissão do Ministério das Finanças

A Comissão de Saneamento e Reclassificação do Ministério das Finanças recorda que o prazo para a apresentação de participações ou queixas termina no próximo dia 15 de Novembro.

Entretanto, na exposição que nos foi enviada, aquela Comissão afirma que "tem plena consciência de que, a validade do seu trabalho dependerá, essencialmente, da participação dos trabalhadores no processo do saneamento, pois são os imediatos e diretos interessados na democratização e dignificação da função pública", salientando a seguir:

"Os funcionários públicos eram comumente acusados de servidores do regime fascista derrubado pelo Movimento das Forças Armadas. E não sem alguma razão, visto que a administração Pública era um dos instrumentos do aparelho do Estado, que punham em execução as leis da ditadura fascista."

E prossegue:

"Neste contexto e tendo em conta que as estruturas dos serviços e o Estatuto do Funcionário Público são de raiz fascista e antidemocrática, aconteceu que no seio do funcionalismo de todos os ministérios se instalaram elementos cuja mentalidade e

comportamento são opostos ao regime instaurado com o movimento de 25 de Abril; ao mesmo tempo que se criaram condições para a poluição da ética profissional com manifestações de venalidade ou corrupção por parte daqueles que se deixaram envolver (por uma ou outra razão) na teia do comércio de favores e influências.

Saneamento, significa para nós dignificar e democratizar, limpando o nosso departamento dos elementos que lhe sejam contrários ou reconduzindo os adaptáveis a situações em que a sua influência seja menos prejudicial para o bom e sã funcionamento dos Serviços Públicos. Para alcançarmos estes objectivos, os trabalhadores têm um importante papel a desempenhar, colaborando ativamente com a Comissão de Saneamento.

## ESPORTE

### BENFICA, GUIMARÃES E PORTO À FRENTE NA I DIVISÃO

LIBOA, 14 — Foram os seguintes os resultados dos encontros da sexta jornada do Campeonato Nacional de futebol da I Divisão: Espinho x Leixões, 2 x 0; CUF x Farense, 1 x 0; Oriental x Tomar, 2 x 3; Sporting x Atlético, 6 x 1; Belenenses x Setúbal, 3 x 3; Olhanense x Guimarães, 2 x 3; Académico x Porto, 1 x 2; Boavista x Benfica, 0 x 0.

A classificação está assim ordenada: Benfica, Guimarães e F.C. Porto, 10 pontos; Setúbal, 8; Farense e Boavista, 7; Sporting, Espinho e Tomar, 6; Olhanense, Atlético e CUF, 5; Belenenses, 4; Oriental, 3; Académico e Leixões, 2.

## BREVEMENTE EM TODO O BRASIL

Filme baseado no assassinato do General Humberto Delgado



## SÉCULO XXI - LIVROS

Especializada em livros portugueses  
Atende pelo reembolso postal  
Rua Santo Amaro, 466 - CEP 01315  
Fone: 33-5700 - São Paulo

Livros nacionais e estrangeiros  
Técnicos, jurídicos e didáticos  
Para todos os cursos

Primário, Ginásio, Científico  
Consulte-nos: fone: 239-3238

LIVRARIA E PAPELARIA  
JARAGUÁ LTDA.

Rua Marconi, 54 — São Paulo



VICTORIO DIONISI

Cópias: heliográficas  
xerográficas - eletro-  
táticas - fotocópias -  
mimioográficas - redução ampliada  
Rua Líbero Badaró, 488 - 8.º andar - B2  
Filial: Av. Angélica, 2395 - Loja 1 -  
Fone: 256-5141 - São Paulo

DR. EDISON RODRIGUES-CHAVES

Advocacia civil e comercial  
Inventários, partilhas e arrolamentos  
- Desquites e anulação de casamento  
- Naturalização - Protestos e cancelamento de protestos - Contractos, renovação de contratos e ações de despejo - Falências e concordatas.  
Rua Boa Vista - 84 - 7.º andar - salas  
701 a 704 - Telefone: 34-7064  
SÃO PAULO

AVANÇO — LIVRARIA  
QUEM NÃO LÊ... MAL FALA,  
MAL OUVI, MAL VÊ...

Aberta diariamente até às 22 horas  
Rua Aurora, 704 — Fone: 239-0460  
SÃO PAULO



PAPELARIA  
E  
LIVRARIA

Livros Portugueses  
Livros Nacionais e Importados  
Livros Universitários

Rua Barão de Itapetininga, 93/99  
Fone: 32-7770 — São Paulo

## TAP

TRANSPORTES  
AÉREOS PORTUGUESES

CASA DO MATE

Mate quente e gelado a toda hora -  
Mate com leite, limão e maracujá -  
Chá mate e chimarrão em pacotes  
das melhores marcas  
Av. São João, 602 - São Paulo

RICATUR - Passagens e Câmbio Ltda.

Passagens aéreas e marítimas -  
Nacionais e internacionais - Câmbio  
Rua Xavier de Toledo, 44 - 4.º - Cj. B  
Fones: 35-6461 - 37-2005 - São Paulo



Rodoviário  
"CARAVELLE"  
Ltda.

"O jato na Rodovia"  
Transportes rápido entre:  
Rio - São Paulo -  
Niterói - Magé - Rio Bonito.  
RIO SÃO PAULO NITERÓI  
260-5075 92-1864 5294

MURILLO MELLO  
CÉLIA DE MELO E MOURA  
ADVOGADOS

Causas cíveis, criminais e trabalhistas  
Rua José Bonifácio, 209, 11.º, s/1100  
Fone: 33-1846 — São Paulo

SECRETARIADO  
MODERNO E  
PRÁTICA  
COMERCIAL

JÁ NAS  
BANCAS editora abz  
por apenas cr\$ 6,00

ouça diariamente

A EMISSORA  
NACIONAL  
DE LISBOA

nas ondas  
13, 19, 25 e 31 metros  
a partir das 12 até 21 h.  
(horário do Brasil)  
noticiário às 16, 19 e 20 h.



VERBO

ULISSEIA



Enciclopédias - Dicionários - História - Ensaio - Ficção - Divulgação Científica -  
Poesia - Livros de Arte - Arqueologia - Literatura Infantil - Literatura Juvenil  
EDITORA VERBO, LIMITADA Rua Bueno de Andrade, 480-484  
Tel.: 278-0444 São Paulo



